



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

no Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde
da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E POLÍTICAS DE SAÚDE

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

no Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde
da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul

ORGANIZADORES

Bruno Moraes da Silva

Cândida Kirst Bergmann

Jéssica Camila de Sousa Rosa

Péricles Stehmann Nunes

PORTO ALEGRE

2022

R585d Rio Grande do Sul. Secretaria da Saúde. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. Documento orientador para construção de políticas públicas estaduais no Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] / organizado por Bruno Moraes da Silva ... [et al.]. - Porto Alegre : ESP/SES, 2022.

14 p. : il., color.

ISBN 978-65-89000-24-2

1. Política de saúde. 2. Atenção primária à saúde. 3. Gestão em saúde. 4. Rio Grande do Sul. I. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. II. Silva, Bruno Moraes da. III. Bergmann, Cândida Kirst. IV. Rosa, Jéssica Camila de Sousa. V. Péricles Stehmann. VI. Título.

NLM WA 525

**Documento orientador para construção de políticas públicas estaduais no
Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde da Secretaria
Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul**

2022

Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul

Todos os direitos reservados à Secretaria de Estado da Saúde do Rio
Grande do Sul

Secretária de Estado da Saúde

Arita Gilda Hübner Bergmann

Secretária Adjunta de Estado da Saúde

Ana Lúcia Pires Afonso da Costa

Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde (DAPPS)

Péricles Stehmann Nunes

Organizadores

Bruno Moraes da Silva

Cândida Kirst Bergmann

Jéssica Camila de Sousa Rosa

Péricles Stehmann Nunes

Revisão

Raissa Barbieri Ballejo Canto

Gabriel Azambuja Athaydes

Capa e diagramação

Layne Martins Ferraz

SUMÁRIO

06

INTRODUÇÃO

07

O QUE SÃO
POLÍTICAS
PÚBLICAS?

08

CICLO DAS
POLÍTICAS
PÚBLICAS:
ASPECTOS
FUNDAMENTAIS

09

PREMISSAS PARA
CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NO
DAPPS

12

CHECK LIST PARA A
CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS

13

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O decreto nº 56.172, de 2021, atualizou o Regimento Interno da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES-RS) transformando o antigo Departamento de Ações em Saúde (DAS) no Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde (DAPPS). Entre as competências desse departamento está a de coordenar, formular, normatizar, regular, monitorar e avaliar a Atenção Primária e as Políticas de Saúde por Ciclos de Vida, Transversais, de Promoção da Equidade, Doenças de Condições Crônicas Transmissíveis e Não Transmissíveis e outras correlatas.

Nesse departamento estão localizadas sete divisões:

I - Divisão da Atenção Primária à Saúde – DAPS

II - Divisão das Políticas dos Ciclos de Vida – DPCV

III - Divisão das Políticas Transversais – DPT

IV - Divisão de Políticas de Promoção da Equidade – POPES

V - Divisão de Doenças de Condições Crônicas Transmissíveis e Não Transmissíveis – DCC

VI - Divisão de Monitoramento, Avaliação e Articulação de Redes de Atenção – DMA

VII - Divisão da Primeira Infância – PIM

Essas divisões, juntas, são responsáveis pela coordenação em âmbito estadual de mais de trinta políticas de saúde. Dessa maneira, tendo em vista a função do DAPPS na normatização das políticas públicas e condução dos processos de formulação dessas políticas esse documento tem por objetivo apresentar e elencar padrões mínimos para a construção de políticas dentro do departamento.

O objetivo é orientar essas produções valorizando e garantindo que processos inovadores também tenham espaço para ir além do aqui destacado. Esse documento é resultado do aprofundamento do DAPPS nos últimos anos e das experiências empreendidas nesse período.

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Políticas públicas são um “conjunto de diretrizes e intervenções emanadas do estado, feitas por pessoas físicas e jurídicas, públicas e/ou privadas, com o objetivo de tratar problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos” (TCU, 2021, p.10). Nessa construção os gestores públicos detêm importante papel, sendo fundamental sua familiaridade com o processo de políticas públicas.

As políticas públicas possuem um ciclo que tem sido amplamente estudado por diferentes áreas de conhecimento. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) tem se dedicado a produzir e aproximar esses conhecimentos da realidade dos gestores e em uma de suas produções lançou a imagem abaixo como uma estrutura orientada a gestores públicos:



FONTE: ENAP, 2014, P.21

A partir da imagem é possível identificar que uma política pública envolve questões políticas, técnicas e organizacionais. Além de possuir um ciclo que envolve: a definição da agenda, a formulação da política pública, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação.

CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS FUNDAMENTAIS

A compreensão do ciclo das políticas é de grande valia para a gestão, favorecendo seu entendimento correto do processo das políticas públicas e auxiliando-o a refletir com clareza sobre como e mediante quais instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas.



- Identificar os problemas a partir do olhar técnico-administrativo da gestão pública em conjunção com as demandas sociais;
- Formar uma agenda de itens que precisam ser trabalhados com prioridade pelo governo;
- Formular alternativas é fundamental para que os gestores identifiquem soluções possíveis;
- Tomar a decisão de qual a solução mais viável;
- Implementar a política pública;
- Monitorar e avaliar constantemente por parte dos gestores públicos e da sociedade civil. Só assim é possível observar se a política pública em questão conseguiu ser eficiente, eficaz e efetiva em relação ao problema identificado.

PREMISSAS PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO DAPPS

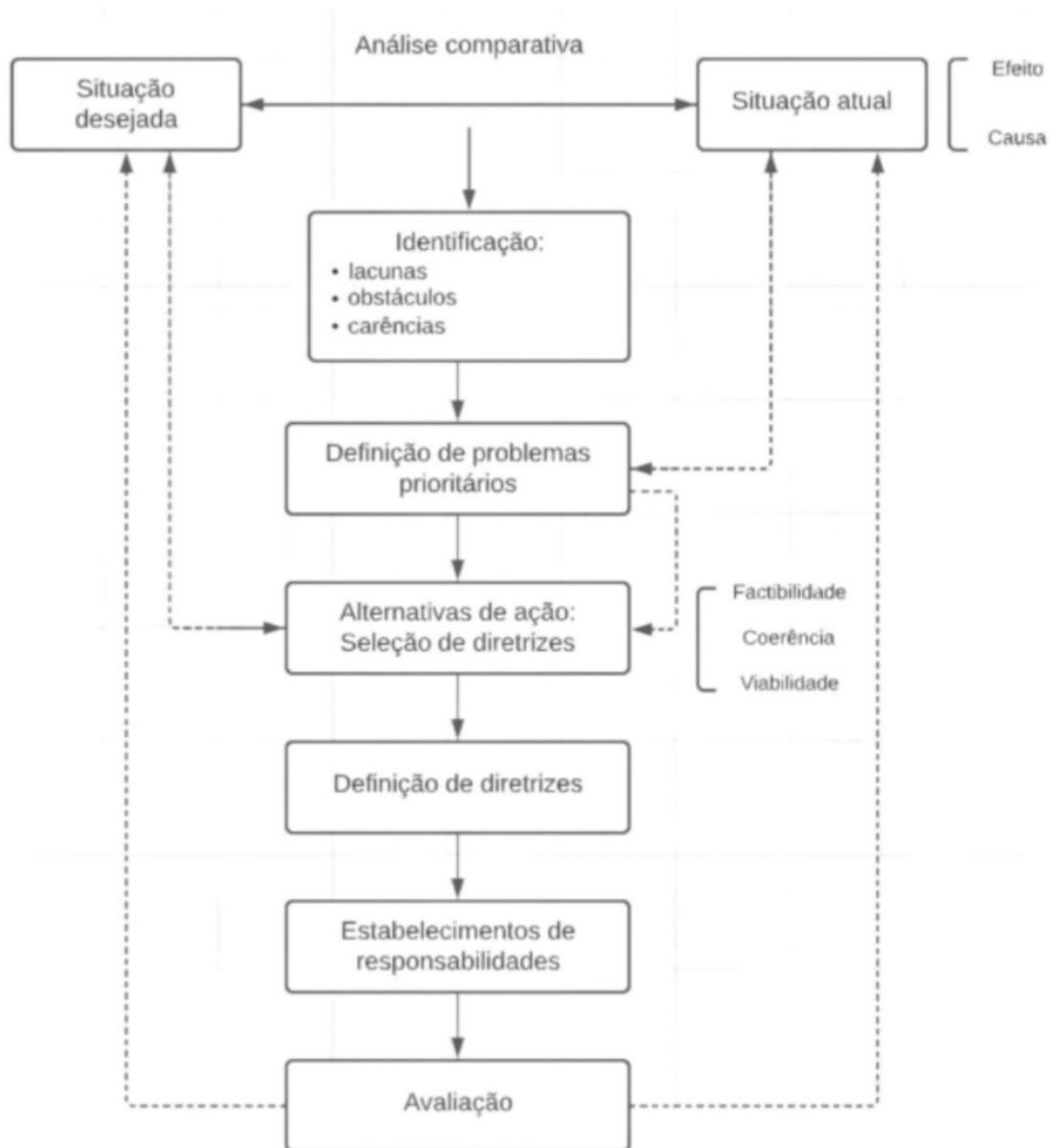
Na estrutura da política destacamos como conteúdo básico:

- a introdução, na qual ficam explicitadas as bases legais e a justificativa para o seu estabelecimento;
- o propósito, que delimita o raio de ação da política e constitui a base para a avaliação do seu impacto;
- as diretrizes para o alcance de seu propósito;
- as responsabilidades institucionais em que são apresentadas as parcerias a serem buscadas com vistas à intersectorialidade das ações; e
- os parâmetros para a sua avaliação.

Como exemplo de estrutura a Política Estadual de Promoção da Equidade em Saúde (POPES) – elaborada na Secretaria Estadual de Saúde - RS apresenta como diretrizes/eixos:

- I- GARANTIA DO ACESSO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA;
- II - RECURSOS HUMANOS, GESTÃO DE PESSOAL, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE;
- III - ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS, DEMOGRÁFICOS, DETERMINANTES SOCIAIS E INFORMAÇÃO EM SAÚDE;
- IV - FINANCIAMENTO;
- V - INTEGRALIDADE DO CUIDADO E INTERSETORIALIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS;
- VI - GESTÃO PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL.

ETAPAS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - 1998

A participação social é muito importante para a validação da política, sendo assim, espaços para descentralizar a construção da política, por meio de encontros presenciais e/ou online regionais ou macrorregionais de livre participação com os atores envolvidos.

“A definição de agenda é caracterizada por três principais aspectos. É um processo que: 1. não é linear; 2. é político e, ao mesmo tempo, técnico; 3. ocorre dentro de uma complexa rede de atores estatais e sociais. Os gestores públicos precisam entender essas três características, para que possam responder adequadamente às preocupações sociais e políticas levantadas pelos cidadãos.

Eles também devem saber:

1. os interesses materiais de ambos os atores, sociais e estatais, em relação a qualquer questão;
2. os contextos institucionais e ideológicos em que operam;
3. o potencial de mudança nas circunstâncias contingentes que formam discussões e debates sobre questões públicas.”

(Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Pag.31. 2014)

A relevância da inserção de vários atores na formulação de políticas públicas atribuiu importância a instâncias populares na fiscalização e controle das ações do Estado, busca-se, desta maneira, que atores sociais historicamente não incluídos nos processos decisórios participem, com o objetivo de influenciarem a definição e a execução, renovando o processo de gestão das Políticas Públicas promovendo uma cultura mais democrática o que possibilita a tomada de decisões e a gestão das políticas mais eficazes.

CHECK LIST PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Identificar a situação problema e/ou objetivo referente a uma necessidade pública;
- Realizar alinhamento com base nacional se houver;
- Realizar alinhamento conceitual entre a equipe técnica;
- Avaliar a proposta se encontra de acordo com metas, compromissos de governo e agendas estratégicas;
- Elaborar eixos/minuta técnica, referente a política;
- Realizar oficinas regionais ou macrorregionais de publicização/validação/contribuições da minuta referente a política, com envolvimento de atores estratégicos, com relatoria.
- Consolidar o material descrito nas relatorias das oficinas;
- Realizar oficina interna na SES para validação final do material construído;
- Formular a minuta de portaria;
- Socialização da minuta de portaria para contribuições internas;
- Disponibilizar o documento para consulta pública com ampla publicização;
- Avaliar contribuições da consulta pública e decidir pela incorporação ou não das sugestões;
- Apresentar para a direção e Secretário(a);
- Apresentar a minuta de portaria para aprovação no Conselho Estadual de Saúde;
- Inserir documentação em sistema de processo eletrônico para publicação;
- Portaria publicada.

BIBLIOGRAFIA

Guia de políticas públicas: gerenciando processos / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014

Maranhão, Governo do Estado, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento Manual de Critérios para a Elaboração das Políticas Públicas, 2019. São Luís, 2019, 88p.

Ministério da Saúde. POLÍTICAS DE SAÚDE Metodologia de Formulação. Brasília. 1998

Brasil. Tribunal de Contas da União. Política pública em dez passos / Tribunal de Contas da União. – Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex); Secretaria de Orientação, Métodos, Informações e Inteligência para o CE e o Combate à Corrupção (Soma), 2021.

ENAP. Guia de políticas públicas: gerenciando processos / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014. 160 p.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE